



Informações Trimestrais – ITR

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

30 de junho de 2022
com Relatório do Auditor Independente sobre Revisão de Informações
Trimestrais



Informações trimestrais

30 de junho de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as informações trimestrais	1
Informações trimestrais	
Balanco patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às informações trimestrais	8

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Arcoverde Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras Intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações financeiras trimestrais do período anterior revisadas por outro auditor independente

A revisão das informações financeiras trimestrais relativas aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, elaborados originalmente antes dos ajustes em decorrência dos efeitos da correção de erros identificados no cálculo e registro do PIS e da Cofins diferidos sobre o ativo de contrato, bem como dos correspondentes impactos sobre o efeito de imposto de renda e contribuição social, descritos na nota explicativa 2.3, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sobre a revisão das informações financeiras trimestrais sem modificação, com data de 11 de agosto de 2021. Como parte de nossa revisão das informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2022, revisamos os ajustes nos valores correspondentes das informações financeiras intermediárias dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais ajustes não foram efetuados, em todos os aspectos relevantes, de forma apropriada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações financeiras intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre essas informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9

Balanço patrimonial
 Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.427	2.423
Títulos e valores mobiliários	4	4.707	2.709
Concessionárias e permissionárias	5	2.433	2.531
Tributos e contribuições a compensar	6	1.275	1.131
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	40.342	30.277
Despesas pagas antecipadamente		277	107
Adiantamentos diversos		5	12
Total do ativo circulante		50.466	39.190
Não circulante			
Depósitos judiciais		110	111
Títulos e valores mobiliários	4	3.366	5.535
Tributos e contribuições a compensar	6	1.745	1.745
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	256.620	262.271
Imobilizado		23	26
Total do ativo não-circulante		261.863	269.688
Total do ativo		312.329	308.877
	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		354	399
Tributos e encargos sociais a recolher	9	462	460
Empréstimos e debêntures	8	7.346	11.985
Dividendos propostos	10	1.439	1.439
Encargos Setoriais		137	104
Outros passivos circulantes		4	5
Total do passivo circulante		9.742	14.392
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	8	170.780	165.599
Imposto renda e contribuição social diferidos	11	23.734	23.605
Provisão de contingências cíveis	12	361	335
Total do passivo não circulante		194.875	189.539
Patrimônio líquido			
Capital social	13	65.070	65.070
Reservas de lucro		36.649	36.649
Reserva legal		3.227	3.227
Lucro do período		2.766	-
Total do patrimônio líquido		107.712	104.946
Total do passivo e patrimônio líquido		312.329	308.877

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstração do resultado do período
 Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

	Nota	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 a 30/06/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	15	9.572	18.188	7.567	16.370
Custo de operação e manutenção	16	(511)	(1.217)	(847)	(1.538)
Lucro Bruto		9.061	16.971	6.720	14.832
Despesas gerais e administrativas	16	(340)	(607)	(410)	(871)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		8.721	16.364	6.310	13.961
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		218	384	71	111
(-) Despesa financeira		(7.499)	(13.280)	(5.517)	(12.179)
Resultado financeiro, líquido	17	(7.281)	(12.896)	(5.446)	(12.068)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.440	3.467	864	1.893
Imposto de renda e contribuição sociais corrente		(309)	(572)	(28)	(28)
Imposto de renda e contribuição sociais diferidos		(43)	(129)	(476)	(557)
Lucro do período	14	1.088	2.766	360	1.308

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstração do resultado abrangente
 Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Lucro líquido do período	1.088	2.766	360	1.308
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes	1.088	2.766	360	1.308

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucro (prejuízo) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	65.070	3.107	35.496	-	103.673
Lucro líquido do período	-	-	-	1.308	1.308
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2021 - (Reapresentado)	65.070	3.107	35.496	1.308	104.982
Em 31 de dezembro de 2021	65.070	3.227	36.649	-	104.946
Lucro líquido do período	-	-	-	2.766	2.766
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2022	65.070	3.227	36.649	2.766	107.712

Demonstração dos fluxos de caixa
 Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(Reapresentado)
Lucro líquido antes de IR e CS	3.467	1.893
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Despesa com juros	12.330	10.101
Impostos correntes e diferidos	-	(342)
Depreciação	(220)	1
Remuneração de ativo de contrato	(16.887)	(15.851)
Margem de construção, operação e remuneração do ativo de contrato da transmissão	12.696	(483)
Rendimento de aplicação financeira	(384)	-
Provisão para contingência	26	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Consumidores e concessionárias	98	143
Tributos a recuperar	(154)	(106)
Outros ativos	-	(11)
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	-	11.980
Despesas pagas antecipadamente	(164)	(295)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(45)	(57)
Obrigações a recolher	(26)	(1.131)
Encargos Setoriais	34	-
Imposto de renda e contribuição pagos	(534)	-
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	10.237	5.841
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras e recursos vinculados	384	-
Aquisição de imobilizado	-	(20)
Títulos e valores mobiliários	171	(1.548)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	555	(1.568)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal e empréstimos e financiamentos	(2.214)	(6.599)
Pagamentos de juros empréstimos e financiamentos	(9.574)	(2.462)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	(11.788)	(9.061)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(11.788)	(9.061)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(996)	(4.786)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.423	12.654
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.427	7.868
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(996)	(4.786)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Até 13 de março de 2020 a Companhia foi controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia. Posteriormente a essa data efetivou-se a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações do Grupo Sterlite para V2i Energia S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, rua Avenida Pasteur, 110 - 9º andar.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 24 de abril de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 24 de abril de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Pernambuco, compostas pela Linha de Transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50km; Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km; Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- i) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- iii) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- iv) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
- v) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- vi) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- vii) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.4. Impactos da COVID 19 nos negócios da Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.4. Impactos da COVID 19 nos negócios da Companhia--Continuação

Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também veem publicando diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica, a Companhia segue monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis para mitigar possível atrasos e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo.

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2020 e 2021.

Com base na avaliação acima, em 30 de junho de 2022 e até a data de emissão dessas informações trimestrais, não foram identificados impactos significativos nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de Conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às 1 Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021”), publicadas na imprensa oficial em 5 de abril de 2022.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no período findo em 30 de junho de 2022 e no exercício de 31 de dezembro de 2021, conforme detalhado na nota explicativa 1.4, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Diretoria continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas informações financeiras intermediárias.

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) foram aprovadas pela Administração em 15 de agosto de 2022.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 4. das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)--Continuação

2.3. Reapresentação das informações financeiras comparativas

Os valores correspondentes a demonstração de resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração de fluxo de caixa referente ao período de 30 de junho de 2021, apresentados nas informações financeiras trimestrais para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em função da identificação de erro no cálculo e registro dos PIS e da COFINS diferidos sobre o cálculo do ativo de contrato. O resumo dos impactos está detalhado abaixo:

a) Demonstração do resultado do período

	Divulgado		Reapresentado		Divulgado		Reapresentado	
	01/04/2021 a 30/06/2021	Ajuste	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/21 à 30/06/21	Ajuste	1/01/21 à 30/06/21		
Receita operacional líquida	8.219	(652)	7.567	15.695	675	16.370		
Custo de Construção								
Custo de operação e manutenção	(847)	-	(847)	(1.538)	-	(1.538)		
Lucro Bruto	7.372	(652)	6.720	14.157	675	14.832		
Despesas gerais e administrativas	(410)	-	(410)	(871)	-	(871)		
Lucro operacional antes do resultado financeiro	6.962	(652)	6.310	13.286	675	14.036		
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	71	-	71	111	-	111		
(-) Despesa financeira	(5.517)	-	(5.517)	(12.179)	-	(12.179)		
Resultado financeiro, líquido	(5.446)	-	(5.446)	(12.068)	-	(12.068)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.516	(652)	864	1.218	675	1.893		
Imposto de renda e contribuição sociais corrente	(28)	-	(28)	(28)	-	(28)		
Imposto de renda e contribuição sociais diferidos	(476)	-	(476)	(557)	-	(557)		
Lucro do período	1.012	(652)	360	633	675	1.308		

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)--Continuação

2.3. Reapresentação das informações financeiras comparativas--Continuação

b) Demonstração do resultado abrangente

	Divulgado 01/04/21 a 30/06/21	Ajustes	Reapresentado 01/04/21 a 30/06/2021	Divulgado 01/01/21 a 30/06/2021	Ajustes	Reapresentado 01/01/21 à 30/06/2021
Lucro líquido do período	1.012	(652)	360	633	675	1.308
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	1.012	(652)	360	633	675	1.308

c) Demonstração da mutação do patrimônio líquido

	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucro (prejuízo) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	65.070	3.107	35.496	-	103.673
Lucro líquido do período	-	-	-	1.308	1.308
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2021 (Reapresentado)	65.070	3.107	35.497	1.308	104.982
Em 31 de dezembro de 2021	65.070	3.227	36.649	-	104.946
Lucro líquido do período	-	-	-	2.766	2.766
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2022	65.070	3.227	36.649	2.766	107.712

Notas explicativas às informações trimestrais
 Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)--Continuação

2.3. Reapresentação das informações financeiras comparativas--Continuação

d) Demonstração do fluxo de caixa

	Divulgado 30/06/2021	Ajustes	Reapresentado 30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes de IR e CS	1.218	675	1.893
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Despesa com juros	10.101	-	10.101
Impostos correntes e diferidos	333	(675)	(342)
Depreciação	1	-	1
Remuneração de ativo de contrato	(15.851)	-	(15.851)
Margem de construção, operação e remuneração do ativo de contrato da transmissão	(482)	-	(482)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Consumidores e concessionárias	143	-	143
Tributos a recuperar	(106)	-	(106)
Outros ativos	(11)	-	(11)
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	11.980	-	11.980
Despesas pagas antecipadamente	(295)	-	(295)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(57)	-	(57)
Obrigações a recolher	(1.131)	-	(1.131)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	5.843	-	5.843
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(20)	-	(20)
Títulos e valores mobiliários	(1.548)	-	(1.548)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.568)	-	(1.568)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de principal e empréstimos e financiamentos	(6.599)	-	(6.599)
Pagamentos de juros empréstimos e financiamentos	(2.462)	-	(2.462)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	(9.061)	-	(9.061)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(9.061)	-	(9.061)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4.786)	-	(4.786)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12.654	-	12.654
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	7.868	-	7.868
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4.786)	-	(4.786)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	456	1.470
Aplicações financeiras (i)	971	953
	<u>1.427</u>	<u>2.423</u>

(i) Aplicações financeiras estão mensurados pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, mantidas em instituições financeiras de primeira linha, estão remuneradas pela taxa de 90% do CDI (88% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(ii) O saldo dessa conta é destinado ao pagamento de juros e principal das debêntures, cujo próximo pagamento ocorrerá em setembro de 2022.

4. Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplic. Fundo Investimento Santander – BRAV (i)	4.707	2.709
Aplic. BNB FIC FI RF Reserva	-	-
Total - circulante	<u>4.707</u>	<u>2.709</u>
Aplic Fundo Investimento Santander - BRAV	-	3.228
Aplic. BNB FIC FI RF Reserva (ii)	3.366	2.307
Total - não circulante	<u>3.366</u>	<u>5.535</u>

(i) As aplicações em conta reservam referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411.

O saldo mínimo que deve ser mantido em reserva corresponde a R\$3.406 ou 2,59% do valor efetivamente desembolsado. Até 30 de junho de 2022 o montante desembolsado foi de R\$111.

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionária e permissionária	2.433	2.531
	<u>2.433</u>	<u>2.531</u>

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$317 mil em 05/07/2022, R\$315 mil em 15/07/2022, R\$1.632 em 25/07/2022 e R\$169 mil em 05/08/2022.

A Diretoria acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

6. Tributos e contribuições a compensar

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda	367	367
Contribuição social	216	202
Imposto de renda retido na fonte	442	345
PIS retido na fonte	45	38
COFINS retido na fonte	182	156
INSS retido na fonte	23	23
ICMS a recuperar (a)	1.745	1.745
Total	<u>3.020</u>	<u>2.876</u>
Circulante	1.275	1.131
Não circulante	1.745	1.745

(a) Entre os meses de agosto a outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos em duplicidade ao Estado do Pernambuco referente a notas fiscais de remessa de material. A Companhia ingressou com processo administrativo, solicitando restituição do valor recolhido em duplicidade de R\$1.745. Em fevereiro de 2019 o Estado do Pernambuco deferiu o processo, mediante escrituração do valor como crédito fiscal.

7. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

7. Concessão do serviço público (ativo de contrato)--Continuação

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

findo em 31 de dezembro de 2019 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue a movimentação ocorrida no período:

Descrição	Arcoverde
Linhas de Transmissão	
Margem de construção	32,52%
Margem de operação e manutenção	13,12%
Taxa de remuneração	5,06%
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP Anual	18.489
Ativo de contrato 31/12/2021	292.548
Receita de remuneração do ativo de contrato	16.887
Receita das margens da obrigação de performance de construção	2.142
Diferença entre receita orçada e realizada	(1.138)
Recebimento de receita RAP	(13.700)
Doações e subvenções	223
Ativo de contrato 30/06/2022	296.962
Circulante	40.342
Não circulante	256.620

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o

7. Concessão do serviço público (ativo de contrato)--Continuação

cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e debêntures

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	30/06/2022	31/12/2021	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
2ª Emissão de Debêntures (a)	58.023	56.219	4.512	15/07/2042	Semestral	IPCA+5,02%
Financiamento BNB (b)	120.103	121.365	7.818	15/12/2038	Mensal	IPCA+1,72%

A movimentação dos empréstimos e debêntures estão demonstradas a seguir:

	Saldos em 31/12/2021	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldo em 30/06/2022
2ª Emissão de Debêntures (a)	56.219	(1.287)	(1.421)	4.512	58.023
Financiamento BNB (b)	121.365	(927)	(8.153)	7.818	120.103
Total ao valor justo	177.584	(2.215)	(9.574)	12.330	178.126
Circulante	11.985				7.346
Não circulante	165.599				170.780

(a) Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196% a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019.

(b) A Companhia realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138% a.a., com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.

8. Empréstimos e debêntures--Continuação

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

30/06/2022

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2023	6.950
2024	7.478
2025	8.070
2026	9.072
2026 a 2042	146.556
	178.126

9. Tributos e encargos sociais a recolher

Os valores correspondentes a tributos e encargos a recolher referem-se aos tributos abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ	205	180
CSLL	104	102
PIS	17	15
COFINS	79	71
ICMS	-	32
ISS	50	39
INSS	2	8
Outros	5	13
	462	460

10. Dividendos propostos

Os valores correspondentes a dividendos a pagar referem-se as contas abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dividendos exercício anterior	1.439	1.285
Pagamento de dividendos	-	(1.000)
Dividendos mínimos	-	1.154
	1.439	1.439

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações trimestrais e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A apresentação do movimento dos tributos diferidos no resultado segue abaixo.

Diferenças temporárias	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Total - Ativo Não Circulante	5.784	5.784
Saldo Inicial - Passivo	29.389	29.061
Imposto de renda	84	213
Contribuição social sobre o lucro líquido	45	115
Total - Passivo não circulante	29.518	29.389
Total Líquido	23.734	23.605

11. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente--Continuação

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	<u>30/06/2022</u>		<u>(Reapresentado)</u> <u>30/06/2021</u>	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público – ativo de contrato	4.191	129	17.803	558

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do período, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido/real	30/06/2022		(Reapresentado)	
	30/06/2021			
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita anual de Ativo de contrato	17.891	17.891	17.803	17.803
Receita anual RAP	(13.700)	(13.700)	-	-
Alíquota fiscal combinada	25%	9%	25%	9%
Lucro Presumido sobre a receita bruta	4.191	4.191	17.803	17.803
Receita da Prestação de Serviços				
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre a prestação de serviços	335	503	1.424	2.136
Total das Receitas sem presunção	335	503	1.424	2.136
Base de cálculo total				
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	84	45	357	200
Total	84	45	357	200

No exercício de 2021 e 2022, a Companhia opta pela tributação no Lucro Presumido, o diferimento do Imposto de Renda e da Contribuições social tem como efeito no resultado, a diferença da Receita anual dos ativos de contrato, pela Receita Anual Permitida (RAP), aplicando-se as bases de presunção, e as alíquotas pertinentes a cada tributo.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre a receita de clientes - CPC 47 (IFRS 15), são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual e, será realizado na proporção das operações, considerando as receitas e custos de operação como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.

12. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

12.1 Perdas Prováveis

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	<u>Cíveis</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial - 2020 e 2019	-	-	-
Constituições de Provisões	335	335	335
Atualização monetária	26	26	-
Saldos finais - 2021 e 2020	361	361	335

Cíveis

Em 30 de junho de 2022 a Arcoverde possui 4 processos de contingência passiva na área cível, distribuídos em 2018. São ações de constituição de servidão e a Administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de R\$361, baseado no parecer emitido pelos advogados. A Companhia não tem nenhuma causa provável em aberto.

13. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social integralizado até 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é representado somente por ações ordinárias:

30/06/2022

31/12/2021

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S.A.	65.070.000	65.070	100%	65.070.000	65.070	100%
	65.070.000	65.070	100%	65.070.000	65.070	100%

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	30/06/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício/ período	2.766	2.426
Reserva legal 5%	-	120
Reserva legal anos anteriores	3.227	3.107
Reserva legal do ano	-	120
Total	3.227	3.227

13. Patrimônio Líquido--Continuação

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício/ período	2.766	2.426
Reserva legal 5%	-	(121)
Reserva legal anos anteriores	3.227	3.107
Reserva legal do ano	-	121
Total	<u>3.227</u>	<u>3.227</u>
Lucro líquido do exercício/ período	2.766	2.426
Reserva legal 5%	-	(121)
Dividendos	-	(1.152)
Reserva de lucro de anos anteriores	36.649	35.497
Constituição de reserva de lucro	-	1.152
Total	<u>36.649</u>	<u>36.649</u>

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 50%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício/ período	2.766	2.426
(-) Reserva legal (5%)	-	(121)
Base para dividendos	2.766	2.305
Alíquota	50%	50%
Dividendos propostos (a)	<u>-</u>	<u>1.152</u>

(a) Para o período findo em 30 de junho de 2022 ainda não deliberado por ato societário nenhuma constituição de dividendos, reserva legal ou reservas de lucro.

14. Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>30/06/2022</u>	<u>(Reapresentado)</u> <u>30/06/2021</u>
Lucro do período	2.766	1.308
Lucro por ação	0,0425	0,04974

15. Receita operacional líquida

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2022</u>	<u>Reapresentado 30/06/2021</u>
Receita operacional bruta		
Receita de Remuneração do Ativo – Gross Up (*) (a)	16.888	16.334
Receita de Operação com Transmissão	1.947	1.902
Receita de Remuneração e Margem – Com Gross Up (*) (a)	195	-
Receita de Construção	-	156
Repasse CDE	629	307
Outras Receitas	(738)	(589)
	<u>18.921</u>	<u>18.110</u>
PIS	(96)	(270)
COFINS	(442)	(1.260)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(142)	(126)
Despesa – TFSEE	(53)	(84)
	<u>(733)</u>	<u>(1.740)</u>
Receita operacional líquida	<u>18.188</u>	<u>16.370</u>

(*) *Gross up* é o termo técnico para reajuste para base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto, ou seja, com impostos.

(a) As linhas acima tiveram impacto devido a reapresentação dos saldos, devido principalmente, pela mudança de divulgação da receita líquida em 30.06.2021 para receita bruta em 30.06.2022, que impactou na duplicidade do registro de PIS e COFINS diferido, efeitos da correção de erro conforme nota "2.3 Reapresentação das Informações contábeis" das respectivas informações financeiras trimestrais.

16. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do período possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

	Reapresentado			
	Custo de operação e manutenção 01/04/22 a 30/06/22	Custo de operação e manutenção 01/01/22 a 30/06/22	Custo de operação e manutenção 01/04/21 a 30/06/21	Custo de operação e manutenção 01/01/21 a 30/06/21
Material	1	(9)	(38)	(38)
Serviços de terceiro	(608)	(1.412)	(924)	(1.597)
Depreciação e amortização	112	223	110	110
Outras	(16)	(19)	5	(13)

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	(511)	(1.217)	(847)	(1.538)
--	--------------	----------------	--------------	----------------

Reapresentado

	Despesas gerais e administrativas	Despesas Gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas
	01/04/22 a 30/06/22	01/01/22 a 30/06/22	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21
Material	-	-	(9)	(15)
Serviços de terceiro	(258)	(404)	(284)	(709)
Depreciação e amortização	(3)	(3)	(1)	(1)
Outras	(79)	(200)	(116)	(146)
	(340)	(607)	(410)	(871)

17. Resultado financeiro

	Representado			
	01/04/22 a 30/06/22	01/01/22 a 30/06/22	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21
Juros e variações monetárias (i)	(6.953)	(12.296)	(3.905)	(10.054)
IOF, Comissões e Taxa	(545)	(981)	(1.076)	(1.585)
Multas e acréscimos moratórios (ii)	-	-	(509)	(509)
Outras despesas financeiras	(1)	(3)	(27)	(31)
Despesas financeiras	(7.499)	(13.280)	(5.517)	(12.179)
Receita de aplicação financeira	218	384	71	111
Receitas financeiras	218	384	71	111
Resultado financeiro, líquido	(7.281)	(12.896)	(5.446)	(12.068)

(i) Refere-se a: juros de empréstimos R\$ 7.764 em 30 de junho de 2022 (R\$ 6.510 em junho de 2021) e juros de debêntures R\$ 4.532 em 30 de junho de 2022 (R\$ 3.544) em junho de 2021).

Notas explicativas às informações trimestrais
 Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Refere-se a: multa sobre pagamento de COFINS de junho/2019 até março/2020 de R\$418 e multa sobre pagamento de PIS de junho/2019 até março/2020 - R\$ 91. Para junho/22 todo o montante foi liquidado.

18. Seguros

As despesas antecipadas correspondem as seguintes informações.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70	06 de maio de 2022 até 06 de maio de 2023
Chubb Seguros Brasil S.A. (b)	Responsabilidade Civil	20	06 de maio de 2022 até 06 de maio 2023

(a) A Companhia possui apólice emitida pela Tokio Marine Seguradora, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$296.675.

(b) A Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$29.200.

19. Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado	Nível	30/06/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários	2	8.073	8.244
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.427	2.423
Concessionárias e permissionárias	2	2.433	2.531
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	2	178.126	177.584
Fornecedores	2	354	399

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- **Nível 3** - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor

19. Instrumentos financeiros--Continuação

recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

19.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 1,9354% em 30 de junho de 2022.

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices,

até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

20. Eventos Subsequentes

20.1 Atualização da Receita Anual Permitida (RAP)

A companhia teve a sua Receita Anual Permitida (RAP) atualizada em 5 de julho de 2022, vide nota técnica número 102/2022-SGT, de R\$ 33,3 milhões referente ao período de Julho de 2022 a Junho de 2023.



Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

*

*

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9